

Usos dos resultados de iniciativas municipais de avaliação educacional: uma metassíntese qualitativa

 **Antônia Bruna da Silva**¹

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, RN, Brasil

 **Edkele Rayane Aires da Silva**²

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, RN, Brasil

 **Gláuber Fontes Cavalcanti**³

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, RN, Brasil

 **Maria Tatiana Peixoto**⁴

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, RN, Brasil

 **Larissa da Conceição Gomes de Almeida**⁵

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, RN, Brasil

Resumo

O estudo consiste em uma metassíntese qualitativa com o escopo de perscrutar como os resultados das avaliações municipais vêm sendo utilizados no âmbito da rede municipal de ensino, tendo como referência a produção científica sobre o assunto veiculada em cinco fontes especializadas em avaliação educacional, no período de 1990 a 2018. A análise se desenvolve com base em evidências provenientes de 18 estudos sobre o tema que coletaram dados junto a municípios de todas as regiões do Brasil. Põe-se a descoberto que os resultados da avaliação municipal atuam como um *output* seminal que subsidia uma variedade de práticas no interior das municipalidades, constituindo sistemas de baixa, média e alta responsabilização.

Palavras-chave: Avaliação externa dos alunos. Secretaria Municipal de Educação. Tomada de decisão.

Uses of results from municipal educational evaluation initiatives: a qualitative meta-synthesis

Abstract

The study consists of a qualitative meta-synthesis with the aim of examining how the results of municipal assessments have been used within the scope of the municipal education network, taking as a reference the scientific production on the subject published in five sources specialized in educational assessment, in the period of 1990 to 2018. The analysis is based on evidence from 18 studies on the topic that collected data from municipalities in all regions of Brazil. It is revealed that the results of municipal assessment act as a seminal output that subsidizes a variety of practices within municipalities, constituting systems of low, medium and high accountability.

Keywords: External assessment of students. Municipal Secretary of Education. Take of decision.

1 Introdução

No âmbito das recentes políticas educacionais, é reconhecida a centralidade atribuída à avaliação educacional e, em especial, à avaliação externa. A adoção desse tipo de avaliação na gestão da educação assumiu significativo espaço na

década de 1990, sendo justificada pelo discurso preponderante da política educacional brasileira que apontava a necessidade de se obter informações sobre o ensino promovido no âmbito dos sistemas de ensino, com vistas à melhoria da qualidade da educação.

Paralelamente à criação de avaliações externas e em larga escala pelo governo federal, a década de 1990 também acaba formando um cenário favorável para o surgimento dos primeiros mecanismos de avaliação da educação básica no âmbito dos estados brasileiros. Nesse período, além da proposição de sistemas estaduais de avaliação, também é possível falar da implementação de avaliações deste tipo em uma esfera administrativa menor, os municípios. Moreira (2004), Marques, Oliveira e Fonseca (2010) dão conta da existência de tais iniciativas no plano de duas municipalidades, nos anos de 1997 e 1999, respectivamente.

Além desses estudiosos, na literatura educacional, o ato de avaliar sua própria rede municipal de ensino, mesmo com sistemáticas de avaliação nacionais e estaduais em curso, começa a ser conhecido a partir do trabalho de alguns pesquisadores que passam a registrar a realização dessas avaliações por parte dos municípios, se reportando a iniciativas isoladas como é o caso de Figueiredo (2008), Catalani e Gonsales (2010), Ferrarotto (2011), Ovando (2011), Alavarse, Bravo e Machado (2013), Carvalho (2013) e Rossini (2013).

Mais recentemente, um valioso contributo para a compreensão de como as iniciativas de avaliação em nível municipal vem se implantando no território brasileiro veio à público em estudo publicado por Bauer, Horta Neto e Sousa (2016), com base nos resultados parciais da pesquisa “Avaliação e gestão educacional em municípios brasileiros: mapeamento e caracterização de iniciativas em curso” conduzida pela Fundação Carlos Chagas (FCC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Efetivado esse levantamento, dentre outras descobertas, a presença ou a intenção de desenvolver um sistema de avaliação próprio foram evidenciadas em mais da metade dos 4.309 municípios participantes do *survey*, indicando que essas avaliações vêm ganhando progressiva legitimidade na gestão municipal do ensino (BAUER *et al.*, 2015).

Os estudos sobre o tema, cada um a seu modo, apresentam diversos elementos relativos às avaliações implementadas pelos municípios. Além das características assumidas por estas iniciativas, os pesquisadores educacionais também têm investigado

[...] os objetivos e justificativas que dão sustento à criação e à manutenção das avaliações municipais, as implicações dessas avaliações para o currículo escolar, os usos que têm sido feitos das informações geradas por essas avaliações, o vínculo desses mecanismos com as avaliações externas desenvolvidas em maior escala e com a melhoria da qualidade da educação (SILVA; FERNANDES, 2019, p. 4).

A presente pesquisa¹ interessou-se, especificamente, nos usos dos resultados provenientes de avaliações municipais, partindo da premissa que o uso dos resultados abarca tudo aquilo que é feito com base nos resultados da avaliação. Insta destacar que é justamente com base em estudos produzidos sobre o tema que este estudo se pautou, com o escopo de perscrutar como os resultados provenientes das avaliações municipais vêm sendo utilizados no âmbito da rede municipal de ensino, tendo como referência a produção científica sobre o assunto veiculada em cinco fontes especializadas em avaliação educacional, no período de 1990 a 2018. A reunião, organização e análise das descobertas efetivadas pelos diferentes estudos têm o potencial de contribuir para o alcance de níveis elevados de compreensão em torno dos usos dos resultados dessas avaliações por parte dos municípios.

Não é sem propósito, portanto, que a análise dos estudos foi conduzida pelo seguinte questionamento: O que os municípios têm feito com os resultados das avaliações, promovidas ou encomendadas pela Secretaria Municipal de Educação? Para tanto, o trabalho assumiu os objetivos específicos que se seguem: i) localizar estudos publicados em cinco fontes especializadas em avaliação educacional, no período de 1990 a 2018, que contenham em seus títulos algum indicativo de abordagem do tema em tela; ii) identificar o que os estudos localizados nas fontes consultadas revelam sobre as formas de utilização dos resultados das propostas municipais de avaliação; iii) analisar os usos, eventualmente revelados pelos estudos examinados, que as municipalidades têm feito com os resultados das avaliações implementadas em suas respectivas redes de ensino.

Haja vista os objetivos supracitados, o manuscrito encontra-se dividido em cinco partes. A primeira é constituída pela presente introdução, a fim de introduzir e contextualizar rapidamente nosso objeto de estudo, bem como de apresentar o problema e os objetivos de pesquisa. A segunda seção detalha os procedimentos

¹ Esta investigação advém do projeto de pesquisa “Usos dos resultados de avaliações próprias em municipalidades: o que os estudos revelam?” aprovado no Edital nº 002/2019, de fluxo contínuo para institucionalização de projetos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Os resultados da pesquisa foram publicados na forma de um resumo expandido publicado nos Anais do XI Seminário Regional da ANPAE Nordeste e XI Encontro de Política e Administração da Educação (ANPAE/RN) no ano de 2021, intitulado de “Usos dos resultados de avaliações próprias em municipalidades: o que os estudos revelam?”

metodológicos, enquanto a terceira seção discute percepções teóricas acerca dos usos dos resultados das avaliações externas e em larga escala aplicadas na educação básica brasileira. A quarta seção, por sua vez, analisa como os resultados das avaliações municipais vêm sendo utilizados no perímetro das redes municipais de ensino, tendo por base os achados de 18 estudos relativos ao assunto. Por fim, as duas últimas seções são constituídas pelas considerações finais e pelos trabalhos referenciados neste estudo.

2 Metodologia

O estudo consiste em uma metassíntese qualitativa. Estudos de revisão assim intitulados “[...] partem de uma questão central de pesquisa, bem delimitada, e buscam identificar pesquisas que utilizam fontes primárias que procuraram responder o mais próximo possível da questão formulada pelo pesquisador” (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014, p. 176). Assim, visando responder à questão norteadora do presente estudo, o percurso metodológico foi constituído por quatro etapas, a saber: i) levantamento da produção científica relativa às propostas municipais de avaliação difundida, de 1990 a 2018, nas bases de dados supramencionadas; ii) leitura e fichamento dos estudos identificados, com foco para as formas de utilização dos achados da avaliação própria, por parte dos municípios; iii) análise de conteúdo dos usos dos resultados eventualmente revelados pelos estudos, com base nos fichamentos efetivados; iv) análise e discussão sobre os usos dos resultados da avaliação municipal, descortinados pelos estudos consultados.

No que se refere à demarcação do período, de 1990 até 2018, o ano de 1990 foi definido em função de iniciar a década de 1990, década em que se projetaram as principais reformas educativas no país, criando um cenário favorável ao surgimento de iniciativas dessa natureza no território brasileiro. Consequentemente, é a partir desse ano que, no Brasil, os estudos relativos às avaliações externas são realizados com maior força. A busca se estendeu de 1990 até 2018, não englobando o ano de 2019, uma vez que foi realizado no segundo semestre deste ano.

O levantamento sistemático da produção sobre o assunto foi realizado em cinco fontes de pesquisa², a saber: anais do Congresso Nacional de Avaliação em Educação - CONAVE; anais do Congresso Internacional em Avaliação Educacional - CIAE; Revista Estudos em Avaliação Educacional; Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação; e, Revista Cadernos de Pesquisa. Foram consultados, mais precisamente, os Anais do I, II, III, IV e V CONAVE, que datam respectivamente dos anos de 2010, 2012, 2014, 2016 e 2018; os Anais do I, II, III, IV, V, VI e VII CIAE respectivamente publicados nos anos de 2004, 2005, 2006, 2008, 2010, 2016 e 2017; os números da revista Estudos em Avaliação Educacional, do nº 01 (1990) ao nº 72 (2018); os números da revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, do nº 01 (1993) ao n. 101 (2018); os números da revista Cadernos de Pesquisa, do nº 72 (1990) ao nº 170 (2018).

Nesse processo, selecionaram-se as produções que continham em seus títulos algum indicativo de abordagem da temática. A seleção da produção ocorreu, especialmente, quando seu título se constituía por uma das seguintes expressões: sistema municipal de avaliação, avaliação própria, avaliação municipal, avaliação do município, avaliação da rede municipal, avaliação do ensino fundamental, uso dos resultados das avaliações municipais. Como resultado disso, o estudo localizou 23 trabalhos relacionados com o tema, que possivelmente abordariam a questão do uso dos resultados da avaliação municipal.

Desse total, verificou-se algum tipo de relato, evidência ou indicativo de uso desses resultados em 18 das publicações, o que se revelou bastante significativo para os propósitos da presente análise. Dos 23 estudos, um estava inacessível (BAUER, 2014), enquanto quatro (AGUIAR, 2014; COSTA; OLIVEIRA, 2006; EVARISTO; SANTOS, 2010; TOMAZZETTI; TANGERINO; DRAPE, 2018) não fazem alusão ao modo de utilização dessas informações. Assim sendo, o *corpus* documental do estudo envolveu o total de 18 estudos. Após a leitura e fichamento desse material, tendo como alvo central eventuais usos e práticas pautadas nos resultados da avaliação municipal, passou-se à análise de conteúdo desse material.

Partiu-se, inicialmente, de um conjunto de categorias já construído, referenciando-se na pesquisa “Avaliação e gestão educacional em municípios

² A escolha dos anais do CONAVE e do CIAE foi motivada pelo fato de se constituírem nos dois congressos brasileiros especializados em Avaliação Educacional. Por seu turno, a escolha dos três periódicos teve como referência a pesquisa de Barreto e Pinto (2001) que destacou, respectivamente, a Revista Ensaio, a Revista Estudos em Avaliação Educacional e a Revista Cadernos de Pesquisa como as três maiores produtoras de trabalhos acerca da avaliação na educação básica (entre os anos de 1990 a 1998).

brasileiros: mapeamento e caracterização de iniciativas em curso” (BAUER; HORTA NETO; SOUSA, 2016). Em face da identificação de outras práticas que não se enquadravam aos tipos de uso dos resultados mapeados por tal estudo, a presente análise também recorreu ao processo de categorização aberto, não apriorístico. Nesses casos, elaborou-se “[...] um *sistema de categorias* puramente induzido a partir da análise, ainda que subordinado ao *background* teórico do investigador” (AMADO; COSTA; CRUSOÉ, 2017, p. 316). Assim, a categorização do material analisado fez uso de duas estratégias típicas da análise de conteúdo: em uma as categorias são criadas *a priori*; enquanto na outra “as categorias não são definidas *a priori*” (FRANCO, 2018, p. 65).

3 Usos dos resultados das avaliações externas e em larga escala na Educação Básica: percepções teóricas

Em meados de 2012, importante contribuição para as discussões relativas às avaliações em larga escala aplicadas na Educação Básica brasileira nos foi concedida por Alicia Bonamino e Sandra Zákia Sousa. Isso porque, a partir da análise do formato usual (objetivos, desenhos) das iniciativas de avaliações da educação básica implementadas no Brasil, tais estudiosas apontaram a existência de três gerações de avaliação da educação básica no Brasil. A este propósito, tais autoras argumentam que cada geração acarreta consequências diferenciadas para a escola e para currículo escolar (BONAMINO; SOUSA, 2012). Outrossim, ainda percebem que essas gerações não são definitivamente sucedidas, mas, que ao longo dos anos, passam a agir simultaneamente na esfera das redes de ensino.

De modo geral, a primeira geração “ênfatiza a avaliação com caráter diagnóstico da qualidade da educação ofertada no Brasil, sem atribuição de consequências diretas para as escolas e para o currículo” (BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 3). As avaliações dessa geração divulgam seus resultados na internet para consulta pública, sem devolver, nem atrelar os resultados da avaliação às escolas. No Brasil, o surgimento dessa geração avaliativa remonta à década de 1990, quando a avaliação em larga escala passa a fazer parte do planejamento educacional com a implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Sistemática lançada em formato amostral e com periodicidade bianual, se propondo a diagnosticar e monitorar a qualidade da educação básica no país. Tal desenho, por ser amostral apresentava baixa interferência nas escolas,

porque seus resultados eram divulgados de forma bastante agregada, sem apoiar a introdução de políticas de responsabilização de professores, diretores e gestores (BONAMINO; SOUSA, 2021, p. 377).

A segunda geração de avaliação em larga escala, além da divulgação pública dos resultados, implica a devolução dessas informações às escolas, como na também da identificação dos resultados por redes e/ou escolas. O que acarreta consequências simbólicas para as redes, instituições e/ou atores escolares, em uma dinâmica que pressupõe poder de influência sobre o currículo, consoante Bonamino e Sousa (2012). Avaliações dessa geração, de acordo com Bonamino e Sousa (2012), incluem o retorno dos resultados para as unidades escolares e a publicização dos mesmos para a sociedade, gerando, com isso, consequências de ordem simbólica para os agentes educacionais.

Em solo brasileiro, assistimos ao surgimento dessa geração avaliativa com as inovações introduzidas no SAEB e com a implementação de avaliações próprias por estados e municípios. No nível no governo federal, tal geração tem como marco a reestruturação do SAEB com a criação da Prova Brasil em 2005, com o fito de aumentar “o conteúdo informacional da avaliação e suas consequências sobre as escolas” (BONAMINO; SOUSA, 2012). Em 2007, os resultados da Prova Brasil passam a integrar o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o que fortalece ainda mais a incidência da avaliação sobre a gestão e currículo escolares.

Assim sendo, a partir da combinação SAEB-IDEB, os resultados provenientes da avaliação passam a ser amplamente divulgados, com a identificação nominal dos avaliados, a disponibilização de informações por estado, por município e por escola, a fixação de metas de desempenho e o cotejamento entre os resultados esperados e os resultados obtidos. Usos políticos dos resultados da avaliação que têm subsidiado a criação de *rankings* educacionais e o estabelecimento de comparações entre unidades subnacionais e entre escolas. Articula-se, com isso, a avaliação a uma política de responsabilização média, acarretando consequências simbólicas e na instituição de mecanismos de regulação contínua do trabalho escolar.

Isso posto, tais avaliações foram, paulatinamente, aderidas por estados e municípios brasileiros, que passaram a propor suas próprias avaliações, justificadas como um instrumento de gestão da educação com vistas à melhoria da qualidade educacional. De uma forma ou outra, induzidas pela política avaliativa do governo federal, seja quando se propõem a superar limitações do SAEB e/ou quando são

concebidas e utilizadas em projetos que visam à preparação da rede para as aferições do SAEB. O fato é que muitas dessas iniciativas assumem os traços que tipificam a segunda e terceira gerações de avaliação em larga escala, com a capacidade de exercerem ainda mais influência sobre o que é ensinado na escola e sobre a atmosfera presente na gestão escolar, na medida em que vão se articulando a mecanismos de média e alta responsabilização.

Avaliações de terceira geração, por sua vez, além da dimensão que implica a publicização dos resultados por redes e/ou escolas, também envolve o estabelecimento de sanções e/ou recompensas com base nesses resultados ou em função de metas estabelecidas (BONAMINO; SOUSA, 2012). Características que encontram correspondência no Schedler (1999) denominou, respectivamente, de *answerability* e *enforcement*. Tal geração abriga, portanto, avaliações vinculadas a processos de responsabilização forte (*high stakes*), englobando consequências simbólicas e materiais para alunos, professores, gestores e/ou escolas. É justamente essa geração avaliativa que produz efeitos mais expressivos na gestão escolar.

Notável análise da questão nos estados da região Nordeste é efetivada por Oliveira e Clementino (2020). Tais pesquisadores detectaram a existência de políticas de avaliações próprias em oito dos nove estados nordestinos, associadas a sistemas de baixa, média e alta responsabilização, mobilizando, logicamente, diferentes usos políticos dos resultados da avaliação. Assim sendo, as políticas em torno dos resultados da avaliação existentes em cada estado possibilitaram às estudiosas identificar três grupos.

No grupo, que compreende sistemas de baixa responsabilização (*low stakes*), reconhece-se a avaliação como o indicador de qualidade da educação, adotando políticas influenciadas por tal referencial, embora os usos dos resultados sejam tímidos. Nesse sentido, tais dados tendem a ser utilizados para fins de monitoramento, com o indicativo, na forma de recomendação por parte da secretaria, de que esses resultados sejam utilizados para subsidiar a atuação de gestores e professores. Situando-se, nesse grupo, os estados da Bahia, Rio Grande do Norte e Sergipe. Nesse grupo, a pesquisa evidenciou ainda que até mesmo o estado do Sergipe, que não dispunha de sistema de avaliação próprio, vinha utilizando o IDEB como um referencial para conduzir suas políticas educacionais, o que desponta como um claro indicativo da atuação do SAEB (na forma da segunda geração avaliativa) sobre esse ente federado.

O grupo com sistema de média responsabilização, por sua vez, é constituído por Alagoas, Maranhão e Piauí (OLIVEIRA; CLEMENTINO, 2020). Tais estados têm em comum o fato de desenvolverem ações com base nos resultados (acompanhamento do rendimento e fluxo escolar, criação de índices de desenvolvimento da educação próprios, oficina de apropriação dos resultados para os profissionais da educação, sugestão de atividades pedagógicas baseadas nos resultados) e/ou orientadas para a melhoria destes (acompanhamento pedagógico, formação continuada destinada a professores e gestores, disponibilização de materiais didáticos, realização de avaliações periódicas e/ou simulados, dentre outros). Isso posto, não é mais frisar que, mesmo que hajam usos políticos em comum, os usos supramencionados variam entre esses estados, tendo suas especificidades em cada ente federado.

No grupo com sistemas de alta responsabilização, do mesmo modo, os resultados da avaliação também tendem a ser utilizados em políticas embasadas e/ou orientadas para sua elevação. Não obstante, nesse último grupo, consoante Oliveira e Clementino (2020) as pontuações dos testes são usadas para determinar punição (como sanções, reduções de fundos, publicidade negativa), elogio (celebração pública, publicidade positiva), promoção ou compensação (premiação de estudantes, aumento salarial ou bonificação de administradores e professores). Aqui se incluem os estados do Ceará, da Paraíba e do Pernambuco, com destaque para o caso do Ceará, cuja política de compensatória (Prêmio Escola Nota Dez), em vigor no contexto educacional cearense desde 2009, endereçada às escolas com os mais altos e mais baixos resultados da avaliação do estado.

Nas municipalidades, por sua vez, particularmente, quando tais esferas passam a dispor de avaliações próprias, é muito comum que os resultados da avaliação promovida pelo município sirvam a mais de uma finalidade, com a coexistência de variados usos que alimentam sistema de baixa, média e alta responsabilização. Com base em pesquisa conduzida junto a seis municípios cearenses, Silva (2019, p. 242) evidenciou que os resultados da avaliação “[...] tendem a ser o gatilho para o desenvolvimento de ações, havendo uma predisposição da rede de ensino para receber e utilizar os resultados da avaliação”, o que autora denominou como “estado de prontidão”.

Em sua análise, diferentemente das avaliações desenvolvidas pela União e pelos Estados, cujos resultados demandam um tempo considerável para ser divulgados, nas avaliações municipais tal etapa tende a ser lograda com celeridade.

Um dos fatores tributários para tanto, é o próprio tamanho populacional da rede de ensino, considerando que tais propostas avaliativas lidam com um universo restrito. Nessa linha, em alguns casos, os resultados da avaliação municipal são conhecidos quase que em tempo real. Cria-se, com isso, um cenário bem mais propício à utilização desses resultados (SILVA, 2019). Como bem apontado por Castro e Siqueira (2016, p. 9): “[...] quanto mais próxima é a instância responsável pela avaliação, maiores são as chances de aproveitamento de seus resultados, e, em contrapartida quanto mais distante, menores são essas possibilidades”. Nessa perspectiva, *grosso modo*, as avaliações municipais

[...] estão fortemente associadas a decisões, todas elas pautadas nos resultados alcançados. Decisões, usos dos resultados que contêm elementos característicos da segunda geração de avaliação. [...]. Além de se aproximarem de avaliações de segunda geração, alguns dos usos dos resultados das propostas municipais são inerentes à terceira geração de avaliação [...]. Vemos isso claramente nas municipalidades, quando os resultados da avaliação própria servem como referência para bonificar alunos, professores, coordenadores, diretores e/ou escolas (SILVA, 2019, p. 126-127).

As consequências compreendidas em ambas as gerações, sejam elas de cunho simbólico ou material, consoante Bonamino e Sousa (2012, p. 11), “[...] têm o propósito de criar incentivos para que o professor se esforce no aprendizado dos alunos”. Assim sendo, muitos dos usos dos resultados por parte das Secretarias Municipais de Educação compartilham desse mesmo intento. A partir dessa motivação evidente, e de outras que, direta ou indiretamente, guardam relação com a melhoria da aprendizagem dos estudantes, as iniciativas de avaliação dos municípios e os fins destinados aos resultados dessa avaliação seguem orientados pela busca por “melhores resultados” nas avaliações estaduais e/ou nacionais aplicadas na educação básica.

Especialmente porque, como há muito foi alertado por Sousa (2003, p. 187-188), os testes utilizados nessas avaliações “[...] tendem a ser vistos como os delimitadores do conhecimento que ‘tem valor’, entendido o conhecimento como o conjunto de informações a serem assimiladas pelos alunos e passíveis de testagem”. Como consequência disso, a preocupação e o foco nos resultados da avaliação avidamente competem espaço com a função social da escola. Nessa linha, além da normalização da prioridade da abordagem dos descritores das avaliações em larga escala, as escolas são induzidas a dedicar mais tempo para as

áreas do conhecimento avaliadas, de modo a preparar o aluno para o teste, dentre outras práticas.

Nesse processo, desloca-se o foco da preocupação e da defesa da qualidade da educação (em sentido lato) para a preocupação com o desempenho estudantil nas avaliações em larga escala, que passa ser utilizado como sinônimo de qualidade da educação. Desse modo, como bem analisa Freitas (2018, p.82-83), são feitas duas reduções: 1) “reduz-se o foco do que se considera uma “boa educação” para o que se considera uma “*boa aprendizagem*”, entendida como uma coleção de habilidades e competências em *disciplinas básicas*”; 2) “define-se que a qualidade da *aprendizagem* se mede pelas *médias de desempenho dos estudantes* de uma escola: se ela sobe, há qualidade; se cai, não há”.

4 Usos dos resultados de iniciativas municipais de avaliação educacional: evidências na produção científica

Afinal, o que os municípios têm feito com os resultados das avaliações, promovidas ou encomendadas pela secretaria municipal de educação? Para responder a esta pergunta, passemos à análise de evidências obtidas na produção científica sobre o assunto. Em primeiro lugar, convém esclarecer que, do total de categorias oriundas da pesquisa conduzida por Bauer, Horta Neto e Sousa, (2016), equivalente a 22 tipos de usos dos resultados da avaliação, somente 12 foram identificadas nos trabalhos escrutinados. Além das 12 formas de utilização desses dados identificadas que se enquadrou no conjunto de categorias elaboradas pela pesquisa supracitada, as publicações consideradas também evidenciaram outros usos, que subsidiaram a concepção de sete novas categorias.

Isso posto, à luz do estudo referenciado, no âmbito das publicações analisadas identificou-se quatro tendências de usos desses resultados, quais sejam: i) implantação de iniciativas com poder de influir no currículo e nas práticas pedagógicas (abrigando nove formas de utilização dos resultados); ii) monitoramento da rede de ensino (envolvendo três tipos de práticas pautadas nos resultados); iii) divulgação dos resultados das avaliações para públicos diferenciados (contemplando apenas um modo de utilização desses dados); iv) implantação de

mecanismos de alta responsabilização³ (englobando seis estratégias baseadas nos resultados da avaliação).

Em conformidade com a classificação proposta por Bauer, Horta Neto e Sousa (2016), no material bibliográfico examinado, a maior concentração de usos feitos desses resultados é traduzida em iniciativas pensadas de modo a incidir no currículo e nas práticas pedagógicas. Essa categoria reuniu nove diferentes formas de utilizar os resultados da avaliação municipal, sendo verificada em 16 estudos (Quadro 1).

Quadro 1. Iniciativas que tencionam incidir no currículo e nas práticas pedagógicas.

Forma de utilização	Estudo
Implantar iniciativas que visam incidir no currículo e nas práticas pedagógicas	
Analisar os resultados obtidos*	Castro e Siqueira (2016); Breves, Monteconrado e Rocha (2016); Maroja (2010); Muniz, Braga e Muniz (2015); Pereira (2017); Rufino, Rocha e Breves (2018); Serrano <i>et al.</i> (2017)
Estimular as escolas a discutirem os resultados obtidos	Barreto e Gimenes (2016); Bauer <i>et al.</i> (2015); Breves, Monteconrado e Rocha (2016); Gimenes <i>et al.</i> (2013); Maroja (2010); Muniz, Braga e Muniz (2015); Rufino, Rocha e Breves (2018); Serrano <i>et al.</i> (2017); Silva, Silva e Costa (2018); Sousa, Pimenta e Machado (2012)
Planejar a formação continuada dos profissionais da rede	Bauer <i>et al.</i> (2015); Breves, Monteconrado e Rocha (2016); Maroja (2010); Muniz, Braga e Muniz (2015); Nunes e Silva (2016); Rufino, Rocha e Breves (2018); Santos e Amorim Neto (2006); Serrano <i>et al.</i> (2017); Silva, Silva e Costa (2018); Sousa, Pimenta e Machado (2012)
Propor intervenções diferenciadas nas escolas	Bauer <i>et al.</i> (2015); Barreto e Gimenes (2016); Breves, Monteconrado e Rocha (2016); Catalani e Gonsales (2010); Maroja (2010); Marques, Barroso e Sousa (2010); Muniz, Braga e Sousa (2015); Nunes e Silva (2016); Pereira (2017); Rufino, Rocha e Breves (2018); Santos e Amorim Neto (2006); Serrano <i>et al.</i> (2017); Sousa, Pimenta e Machado (2012)
Adquirir material pedagógico*	Serrano <i>et al.</i> (2017)
Propor que as escolas produzam relatório explicativo dos resultados obtidos	Bauer <i>et al.</i> (2015)
Elaborar documentos curriculares*	Maroja (2010)
Implementar projetos e decisões	Silva, Silva e Costa (2018); Sousa, Pimenta e

³ Esta tendência em particular, diferentemente das demais foi reconhecida pelo presente estudo, tendo em conta os usos feitos dos resultados da avaliação.

técnicas no âmbito da secretaria municipal de educação*	Machado (2012)
Elaborar políticas públicas educacionais*	Breves, Monteconrado e Rocha (2016); Marques, Barroso e Sousa (2010); Santos e Amorim Neto (2006); Serrano <i>et al.</i> (2017); Silva, Silva e Costa (2018)

Fonte: Bauer, Horta Neto e Sousa, (2016); Elaboração dos autores (2021).

* Categoria criada pelo presente estudo.

Como se nota, os usos supracitados vinculam-se com maior força a medidas definidas no nível da Secretaria Municipal da Educação (SME), que claramente buscam se reverberar no currículo e no trabalho das escolas, especialmente os usos efetivados no planejamento da formação continuada dos profissionais da rede, na aquisição de material pedagógico, na elaboração de documentos curriculares, na implementação de projetos e decisões técnicas e na proposição de políticas públicas educacionais.

De forma alinhada a esse conjunto de decisões, logicamente que tais práticas variam de um município para outro, é forte a questão da análise e discussão dos resultados da avaliação própria, sendo essa prática realizada em diferentes formatos de reunião (SME-gestores; SME-professores; SME-gestores e professores; SME-comunidade escolar; SME-escola; escola). Nos municípios de Atibaia (São Paulo) e Manaus (Amazonas) esse processo vinha sendo fortalecido por plataformas digitais que efetivavam a disponibilização desses resultados, havendo também registro da participação dos alunos nesses momentos no município de São Paulo, conforme evidenciado por Castro e Siqueira (2016).

Ousamos dizer que a análise e discussão dos resultados seguida pela definição de intervenções de caráter pedagógico (com a atuação tanto da SME quanto das escolas) é um rito comum em muitas municipalidades. No que concerne às medidas de cunho pedagógico desenvolvidas pela SME, citamos como exemplo o caso de Petrolina (Pernambuco), cuja secretaria implementou o Projeto SER + EDUCAÇÃO, se constituindo em um projeto “de intervenção pedagógica junto às escolas, tendo como objetivo central garantir aos educandos a aprendizagem efetiva dos descritores básicos das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, visando elevar o índice de desempenho dos alunos para o mínimo de 6,0” (SANTOS; AMORIM NETO, 2006, p. 77-78).

Não obstante, os relatos dos estudos dão mostras que a responsabilidade pelo desenvolvimento de ações desse porte tende a ser repassada para as unidades

de ensino. Nesses casos, a SME dar apenas o comando que elas aconteçam. De toda forma, os usos dos resultados destacados acima atuam em função de um determinado padrão de desempenho do alunado. Investe-se, assim, na melhoria da situação de aprendizagem diagnosticada na avaliação própria, que não, por acaso, na maioria dos casos, é a mesma aprendizagem que convém às avaliações em larga escala aplicadas na Educação Básica, seja pela União, seja pelos estados brasileiros.

No tocante a utilização dos resultados que congrega ações do monitoramento da rede de ensino (Quadro 2), fica ainda mais nítido que a avaliação municipal vem sendo empregada como um instrumento a serviço da gestão da educação municipal, como uma forma de obter diagnósticos contínuos, mas também como um recurso para obter controle sobre a rede de ensino e sobre os seus resultados. Tal perspectiva de utilização dos resultados veio à tona em oito das publicações inventariadas, que evidenciaram o uso dessas informações para acompanhamento sistemático ou longitudinal do desempenho do aluno e das escolas, para comparação das escolas do município com as escolas do estado e do Brasil, bem como base para o estabelecimento de metas de desempenho para as escolas, além das metas já definidas pelo IDEB.

Quadro 2. Monitoramento das redes de ensino.

Forma de utilização	Estudos
Monitorar a rede de ensino	
Identificar carências das escolas da rede	Bauer <i>et al.</i> (2015); Muniz, Braga e Muniz (2015); Nunes e Silva (2016)
Estabelecer metas de desempenho para as escolas, além daquelas fixadas pelo IDEB	Bauer <i>et al.</i> (2015); Breves, Monteconrado e Rocha (2016); Rufino, Rocha e Breves (2018); Silva, Silva e Costa (2018); Sousa, Pimenta e Machado (2012)
Comparar as escolas do município com as escolas do estado e do Brasil*	Maroja (2010)

Fonte: Bauer, Horta Neto e Sousa, (2016); Elaboração dos autores (2021).

* Categoria criada pelo presente estudo.

Tais achados são reveladores de que o monitoramento das redes por parte do órgão da secretaria dos municípios se intensifica após os resultados dos testes. Além da constante cobrança e exigências para que os professores das unidades escolares se esforcem para garantir a proficiência dos alunos nas avaliações, são definidas metas de desempenho para as escolas, além daquelas fixadas pelo IDEB.

Nessa perspectiva, em algumas municipalidades, os alunos têm sido avaliados bimestralmente, a fim de observar o avanço nas disciplinas cobradas nos testes de larga escala.

Ainda a este propósito, um dos estudos revelou que o município de São Paulo vinha se embaindo com a possibilidade de, a partir dos resultados de sua avaliação própria, estabelecer uma comparação “[...] entre a realidade paulistana, a paulista e a brasileira” (MAROJA, 2010, p. 2109). Para tanto, de acordo Maroja (2010), a equipe responsável pela avaliação vinha se apegando à definição de pontos de corte à luz da lógica adotada em outros sistemas de avaliação. Dando prosseguimento à presente discussão, a terceira tendência atinente ao uso dos resultados das avaliações municipais, que se refere à divulgação desses resultados, foi identificada em nove dos estudos abrangidos (Quadro 3).

Quadro 3. Divulgação dos resultados das avaliações.

Forma de utilização	Estudos
Divulgar resultados das avaliações para diferentes públicos	
Fornecer informações sobre as escolas para as famílias e a comunidade escolar	Bauer <i>et al.</i> (2015); Castro e Siqueira (2016); Gimenes <i>et al.</i> (2013); Maroja (2010); Marques, Ribeiro e Ciasca (2008); Muniz, Braga e Muniz (2015); Pereira (2017); Rufino, Rocha e Breves (2018); Silva, Silva e Costa (2018)

Fonte: Bauer, Horta Neto e Sousa (2016); Elaboração dos autores (2021).

Importa salientar que a divulgação dos resultados nesses casos tem variado de uma municipalidade para outra, em termos de estratégia e de público a que tal acesso se destina, podendo ser endereçado apenas para os profissionais da escola ou se estendendo aos responsáveis pelo aluno. Assim, dois dos estudos mencionam tal divulgação no plano da família e das escolas (MAROJA, 2010; RUFINO; ROCHA; BREVES, 2018), enquanto outros se referem a esse direcionamento apenas para as unidades de ensino (MARQUES; RIBEIRO; CIASCA, 2008; MUNIZ; BRAGA; MUNIZ, 2015; SILVA; SILVA; COSTA, 2018).

A quarta e última tendência observada, por seu lado, sintetiza duas das perspectivas apontadas por Bauer, Horta Neto e Sousa (2016) que situaram os usos identificados no plano do apoio a gestão de pessoal ou da implementação de incentivos às escolas, alunos e/ou professores. Partindo desse entendimento, pela natureza das práticas verificadas, a presente análise associou as medidas e ações relatadas em seis dos estudos localizados à implantação de mecanismos de

responsabilização, dado que se referem à demissão de gestores escolares, à motivação para que as escolas busquem melhores resultados, à culpabilização do professor pelos resultados, à premiação de alunos ou escolas e à bonificação dos profissionais da escola (Quadro 4).

Quadro 4. Implantação de mecanismos de alta responsabilização.

Forma de utilização	Estudos
Implantar mecanismos de responsabilização	
Demitir gestores escolares	Bauer <i>et al.</i> (2015); Sousa, Pimenta e Machado (2012)
Motivar as escolas a buscarem melhores resultados	Bauer <i>et al.</i> (2015); Breves, Monteconrado e Rocha (2016); Lima <i>et al.</i> (2010); Sousa, Pimenta e Machado (2012)
Dar algum prêmio aos alunos (computador, viagem, etc.)	Bauer <i>et al.</i> (2015); Lima <i>et al.</i> (2010)
Dar algum prêmio às escolas (computadores, recursos financeiros, etc.)	Bauer <i>et al.</i> (2015); Lima <i>et al.</i> (2010)
Oferecer bônus salarial aos profissionais das escolas	Bauer <i>et al.</i> (2015); Lima <i>et al.</i> (2010); Marques, Ribeiro e Ciasca (2008); Sousa, Pimenta e Machado (2012)
Responsabilizar o professor pelos resultados*	Marques, Ribeiro e Ciasca (2008)

Fonte: Bauer, Horta Neto e Sousa, (2016); Elaboração dos autores (2021).

* Categoria criada pelo presente estudo.

Conforme se nota, os municípios também vêm comportando sistemas de alta responsabilização com base nos resultados de suas avaliações próprias, com delineamentos que abarca escolas, gestores, professores e alunos. Impera nesses casos a lógica do mercado, sob o signo da meritocracia e da competição. Sendo esta, uma estratégia que vem se difundindo no nível das municipalidades, vista como uma forma de forçar a elevação das notas de proficiências dos alunos em áreas do conhecimento abrangidas pelas avaliações em larga escala. Usos que apontam, portanto, para a premiação de alguns, assim como para a penalização de outros, *accountability* como *enforcement* como diria Schedler (1999).

5 Considerações finais

A produção científica analisada é rica evidências que são dinâmicas e variadas as formas de utilização dos resultados das avaliações municipais. Isso, em nosso parecer, guarda relação com a agilidade e com o modo como tais resultados

são organizados e comunicados, correspondendo às expectativas das secretarias municipais de educação. Ademais, a forma e a linguagem empregadas na disponibilização desses dados, os tornam mais suscetíveis à compreensão dos diferentes profissionais da educação municipal (o que abre contexto para o uso desses resultados), enquanto que os níveis de acesso a tais resultados dão margem para o desenvolvimento de práticas diversificadas. Assim, os resultados da avaliação municipal atuam como um *output* seminal que subsidia uma variedade de práticas no interior das municipalidades.

De posse desses resultados, a gestão educacional do município tem efetivado um monitoramento da rede de ensino, encabeçando medidas baseadas ou voltadas para tais resultados, como também induzido as escolas a desenvolverem ações pautadas nessas informações. Em todo caso, os estudos fornecem indicativos de iniciativas que convergem para a preparação dos estudantes para a avaliação externa, também sendo evidenciada a presença de mecanismos de prestação de contas, associados a estratégias de baixa, média e/ou alta responsabilização.

Sob o véu de melhorar a aprendizagem dos alunos, as informações proporcionadas pela avaliação municipal representam um trunfo nas mãos da gestão municipal, que podem utilizá-las como e quando bem entendem, inclusive para justificar projetos, práticas e políticas orientados à produção de determinados resultados educacionais. Em tempo, importa ainda salientar a potencialidade que tais iniciativas têm de incidir rapidamente sobre a escolarização e aprendizagem em curso, assim como de subsidiar processos de elevada prestação de contas e responsabilização educacional. Tudo isso, na esteira da velocidade na qual os resultados da avaliação são obtidos. O fato é que tais práticas vêm sendo contadas muito mais sob perspectiva de quem faz ou encomenda a avaliação, carecendo de estudos junto aos avaliados.

Referências

AGUIAR, Luzanilde Oliveira. Ampliando a funcionalidade pedagógica do Sistema de Avaliação da Educação Municipal de Juazeiro/BA - SAEJ. *In: Congresso Nacional De Avaliação em Educação*, 3., 2014, Bauru. **Anais** [...]. Bauru: UNESP, 2014. Disponível em: <https://sgcd.fc.unesp.br/Home/conave3/luzanilde-oliveira.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ALAVARSE, Ocimar M.; BRAVO, Maria Helena; MACHADO, Cristiane. Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 12-31, jan./abr. 2013. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae245420131900>.

AMADO, João; COSTA, António Pedro; CRUSOÉ, Nilma. A técnica da análise de conteúdo. In: AMADO, João (Coord.). **Manual de investigação qualitativa em educação**. 3ª edição. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; GIMENES, Nelson. A experiência de avaliação institucional no município de Campinas: um depoimento. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 27, n. 65, p. 470-518, maio/ago. 2016. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae.v27i65.4007>

BARRETO, Elba Siqueira de Sá; PINTO, Regina Pahim. Avaliação na Educação Básica, 1990-1998. Brasília, DF: MEC/Inep/Comped, 2001.

BAUER, Adriana; PIMENTA, Claudia Oliveira; HORTA NETO, João Luiz; SOUSA, Sandra Zákia Lian. Avaliação em larga escala em municípios brasileiros: O que dizem os números? **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 26, n. 62, p. 326-352, maio/ago, 2015a. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae266203207>

BAUER, Adriana. Avaliação em larga escala em municípios brasileiros: o que dizem os números? In: Congresso Nacional De Avaliação em Educação, 3., 2014, Bauru. **Anais [...]**. Bauru: UNESP, 2014.

BAUER, Adriana; HORTA NETO, João Luiz; SOUSA, Sandra Zákia Lian. Avaliação e gestão educacional em municípios brasileiros: mapeamento e caracterização de iniciativas em curso. **Relatório Final: Resultados do Survey**. Fundação Carlos Chagas, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. São Paulo, 2016. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/avaliacao_e_gestao_educacional_em_municipios_brasileiros_mapeamento_e_caracterizacao_das_iniciativas_em_curso_relatorio_final_resultados_do_survey.pdf. Acesso em: 19 mar. 2020.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo: *Ahead of print*, fev., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/rtQkYDSjky4mXG9TCrgRSqJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BREVES, Núbia do Socorro Pinto; MONTECONRADO, Glenda Martins; ROCHA, Santana Elvira Amaral da. Avaliação de desempenho do estudante na rede pública municipal de ensino de Manaus: estratégias para tomada de decisões. In: Congresso Nacional De Avaliação em Educação, 4., 2016, Bauru. **Anais [...]**. Bauru: UNESP, 2016. Disponível em: <https://sgcd.fc.unesp.br/#!/conave/conave-2015/anais/comunicacoes-cientificas/>. Acesso em: 23 fev. 2020.

COSTA, Marly de Abreu; OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de. Avaliação do desempenho escolar de alunos da rede municipal de Angra dos Reis: subsídios para tomada de decisões. In: Congresso Internacional em Avaliação Educacional, 3., 2006, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza, UFC, 2006.

CASTRO, Arlene Moreno de; SIQUEIRA, Valéria Aparecida de Souza. Limites e potencialidades de iniciativas municipais de avaliação: um estudo de caso na RME/SP. *In: Congresso Nacional De Avaliação em Educação*, 4., 2016, Bauru. **Anais** [...]. Bauru: UNESP, 2016. Disponível em: <https://sgcd.fc.unesp.br/#!/conave/conave-2015/anais/comunicacoes-cientificas/>. Acesso em: 23 fev. 2020.

CATALANI, Érica Maria Toledo; GONSALES, Fernando. Prova da Cidade 2009: uma experiência de avaliação em larga escala para diagnóstico da área de Matemática na cidade de São Paulo. *In: Congresso Nacional De Avaliação em Educação*, 1., 2010, Bauru. **Anais**[...]. Bauru: UNESP, 2010, p. 1-19.

EVARISTO, Marcela Cristina; SANTOS, Ailton Carlos. Prova da Cidade 2009: uma experiência de avaliação em Língua Portuguesa na cidade de São Paulo. *In: Congresso Nacional De Avaliação em Educação*, 1., 2010, Bauru. **Anais** [...]. Bauru: UNESP, 2010.

FERRAROTTO, Luana. PROMASE: **Análise de uma experiência de avaliação do sistema municipal de ensino de Amparo**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2011. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2011.803601>.

FIGUEIREDO, Dione Maribel Lissoni. **Gestão Municipal, Qualidade de Ensino e a Avaliação do Rendimento Escolar**: Um Estudo do Município de Cosmorama. Araraquara. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Campus de Araraquara, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 2008. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/101599>. Acesso em: 23 fev. 2020.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 5. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GIMENES, Nelson; SILVA, Vandrê Gomes da; PRÍNCIPE, Lisandra Marisa; LOUZANO, Paula; MORICONI, Gabriela Miranda. Além da Prova Brasil: Investimento em sistemas próprios de avaliação externa. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 55, p. 12-32, abr./ago. 2013. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/eae/v24n55/v24n55a02.pdf>. Acesso em 24 fev. 2020.

LIMA, Maria Deuzanira de; SANTOS, Geandra Cláudia Silva Santos; LIMA NETO, Francisco Feitosa; LIMA, Giuvanilda Gomes de Sousa. Avaliação da educação municipal de Tauá: Uma experiência em construção. *In: Congresso Internacional em Avaliação Educacional*, 5., 2010, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: UFC, 2010, p. 2442-2449. Disponível em: https://www2.uepg.br/geppea/wp-content/uploads/sites/157/2020/11/livro_resumo-pdf-nave-Andreliza.pdf. Acesso em: 24 fev. 2023.

MOREIRA, Rozemeiry dos Santos Marques. **Avaliação externa como instrumento da gestão educacional**: a adesão e os impasses de sua realização. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade

Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2004. DOI:
<https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2004.303576>.

MAROJA, Claudio. Prova São Paulo: um diálogo entre a avaliação em larga escala e externa e as orientações pedagógicas para a melhoria do ensino na cidade de São Paulo. *In: Congresso Internacional em Avaliação Educacional*, 5., 2010, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: UFC, 2010, p. 2106-2113. Disponível em:
https://www2.uepg.br/geppea/wp-content/uploads/sites/157/2020/11/livro_resumo-pdf-nave-Andreiza.pdf. Acesso em: 24 fev. 2023.

MARQUES, Maria do Carmo Pinheiro; BARROSO, Maria Cleide da Silva; SOUSA, Silvana Melo de. Política municipal de avaliação monitoramento e acompanhamento do rendimento escolar em Maracanaú. *In: Congresso Internacional em Avaliação Educacional*, 5., 2010, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: UFC, 2010, p. 2782-2789. Disponível em:
https://www2.uepg.br/geppea/wp-content/uploads/sites/157/2020/11/livro_resumo-pdf-nave-Andreiza.pdf. Acesso em: 24 fev. 2023.

MARQUES, Cláudio de Albuquerque; OLIVEIRA, Edivone Meire; FONSECA, Andréia Serra Azul da; SILVA, João Eudes Moreira da; EFSTRATIÓS JÚNIOR, Manolidis. Sistemas municipais de avaliação do estado do Ceará. *In: VIANA, Tania Vicente; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; SOBRAL, Adriana Eufrásio Braga (Orgs.). Múltiplas dimensões em avaliação educacional*. Fortaleza: Imprece, 2010.

MARQUES, Cláudio de Albuquerque; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima. Paic: o pioneirismo no processo de avaliação municipal com autonomia. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 19. n 41. set/dez, 2008.

MUNIZ, Rita de Fátima; BRAGA, Adriana Eufrásio; MUNIZ, Sheila Maria. Avaliações em larga escala enquanto indutoras de ações: o caso do SAEMJJ. *In: Congresso Internacional em Avaliação Educacional*, 6., Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: UFC, 2015.

NUNES, Raquel Queiroz; SILVA, Gelcivânia Mota. Avaliação da aprendizagem escolar da rede pública municipal de ensino de Serrinha – Avapre. *In: Congresso Nacional De Avaliação em Educação*, 4, 2016, Bauru. **Anais** [...]. Bauru: UNESP, 2016. Disponível em:
<https://sgcd.fc.unesp.br/#!/conave/conave-2015/anais/comunicacoes-cientificas/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; CLEMENTINO, Ana Maria. As políticas de avaliação e responsabilização no Brasil: uma análise da Educação Básica nos estados da região Nordeste. **Revista Iberoamericana de Educación**, 2020, vol. 83 núm. 1, pp. 143-162. Disponível em:
<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/51983/2/aspoliticasdeavalia%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

OVANDO, Nataly Gomes. **A Avaliação na política educacional de municípios sul-mato-grossenses**. 2011. 66 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, 2011. Disponível em:

<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-EDUCACAO/Nataly%20Gomes%20Ovando.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

PEREIRA, Francisca Eudeilane da Silva. Processo de alfabetização em Teresina (PI) e a apropriação dos resultados do SAETHE sob a perspectiva dos professores da rede municipal. *In*: Congresso Internacional em Avaliação Educacional, 7., Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: UFC, 2017. Disponível em:

http://www.nave.ufc.br/vii_ciae/wp-content/uploads/2017/03/E_BOOK_VII-CONGRESSO-INTERNACIONAL-EM-AVALIA%C3%87%C3%83O-EDUCACIONAL_LIVRO-COMPLETO.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

RUFINO, Rosemary Farias; ROCHA, Santana Elvira Amaral da; BREVES, Núbia do Socorro Pinto. Avaliações em larga escala: contribuições da ADE para atingir a meta da proficiência no SAEB/INEP em escolas públicas municipais de Manaus. *In*: Congresso Nacional De Avaliação em Educação, V, 2018, Bauru. **Anais** [...]. Bauru: UNESP, 2018.

SANTOS, Maéve Melo dos; AMORIM NETO, Plínio José. Avaliação de ensino-aprendizagem no ensino fundamental: apresentação de metodologia desenvolvida pela secretaria municipal de ensino de Petrolina – PE. *In*: Congresso Internacional em Avaliação Educacional, 3., 2006, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: UFC, 2006.

SERRANO, Maria Lúcia Nunes; OLIVEIRA, Angelina Ceballos Mendes de; ENDSFELDZ, Eliane Doratiotto; Bernardes, Marcia Aparecida. Avaliação institucional: contribuições do sistema de avaliação das escolas municipais de Atibaia (SAEMA) para a construção de uma avaliação ética e emancipatória. *In*: Congresso Internacional em Avaliação Educacional, 7., Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: UFC, 2017. Disponível em:

http://www.nave.ufc.br/vii_ciae/wp-content/uploads/2017/03/E_BOOK_VII-CONGRESSO-INTERNACIONAL-EM-AVALIA%C3%87%C3%83O-EDUCACIONAL_LIVRO-COMPLETO.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

SCHEDLER, Andreas. Conceptualizing accountability. *In*: SCHEDLER, Andreas; DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc F. **The Self-Restraining State. power and accountability in new democracies**. London: Lynne Reinner Pub, 1999, p. 13-28.

SOUSA, S. M. Z. L. Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 119, p. 175-190, jul. 2003.

SILVA, Antônia Bruna da. **Avaliações municipais no contexto educacional cearense: contornos, intenções e finalidades**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2019. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/49187/3/2019_tese_abdsilva.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

SILVA, Antônia Bruna da; FERNANDES, Maria Beatriz. Avaliações municipais: uma revisão bibliográfica (1990-2016). **Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.**, Santa Maria, v. 8. n. 17, p.1-22, pub. cont. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2318133836817>.

SILVA, Fábio Oliveira; SILVA, Lenir Morgado da; COSTA, Thiago Fernando Ferreira. Uma avaliação para o 2º ano do ensino fundamental da rede municipal de ensino de

São Paulo: tecendo reflexões sobre o instrumento, os resultados, perspectivas e contribuições ao ensino: a Provinha São Paulo – edição 2017, matemática. *In*: Congresso Nacional De Avaliação em Educação, V, 2018, Bauru. **Anais [...]**. Bauru: UNESP, 2018.

SOUSA, Sandra Zakia; PIMENTA, Cláudia Oliveira; MACHADO, Cristiane. Avaliação e gestão municipal da educação. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 23, n. 53, p. 14-36, set/dez. 2012. Disponível em:

<https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1756/1756.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

TOMAZZETTI, Cleonice Maria; TANGERINO, Dayane Fanti; DRAPE, Renata A. A relevância de um sistema municipal de avaliação da educação infantil para a formulação de políticas públicas locais. *In*: Congresso Nacional De Avaliação em Educação, V, 2018, Bauru. **Anais [...]**. Bauru: UNESP, 2018.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/1891/189130424009.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

¹**Antônia Bruna da Silva**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8609-2257>

Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Vice-líder do Núcleo de Estudos em Educação (NEEd). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado, Educação e Sociedade (GEPEES). Coordenadora do Observatório do SIMAIS.

Contribuição de autoria: Participou de todas fases da pesquisa, do projeto à escrita do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0057661910241334>

E-mail: antoniabruna@uern.br

²**Edkele Rayane Aires da Silva**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4412-2033>

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançados de Pau dos Ferros (CAPF). Pós-graduanda em Gestão da Educação Infantil e Docência pela FAVENI.

Contribuição de autoria: Participou do levantamento, organização, leitura e fichamento do material bibliográfico, assim como da análise de dados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1768718344782578>

E-mail: edkelesilva@alu.uern.br

³**Gláuber Fontes Cavalcanti**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5370-3171>

Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pós-graduando em Psicopedagogia e Educação Infantil pela FAVENI.

Contribuição de autoria: Participou do levantamento, organização, leitura e fichamento do material bibliográfico, assim como da análise de dados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5695706901975696>

E-mail: glauberfontesjp@hotmail.com

⁴ **Maria Tatiana Peixoto**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5326-5967>

Técnica administrativa na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF). Mestra em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Seminário pelo PLANDITES/UERN.

Contribuição de autoria: Participou do levantamento, organização, leitura e fichamento do material bibliográfico, assim como da análise de dados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0278240222857443>

E-mail: mariatatianapeixoto@gmail.com

⁵ **Larissa da Conceição Gomes de Almeida**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7468-532X>

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançados de Pau dos Ferros (CAPF).

Contribuição de autoria: Participou da escrita e submissão do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0291020793629547>

E-mail: larissa.uern@gmail.com

Como citar este artigo (ABNT):

SILVA, A. B. et al. Usos dos resultados de iniciativas municipais de avaliação educacional: uma metassíntese qualitativa. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, v. 4, p. e023017, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51281/impa.e023017>

Recebido em 02 de dezembro de 2023

Aprovado em 08 de dezembro de 2023

Publicado em 18 de dezembro de 2023